



A DEMANDA POR MOBILIDADE URBANA E URBANIZAÇÕES NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM TERESINA (PI)

THE DEMAND FOR URBAN MOBILITY AND URBANIZATION IN THE PARTICIPATORY BUDGET IN TERESINA (PI)

LA DEMANDA DE MOVILIDAD URBANA Y URBANIZACIONES EN EL PRESUPUESTO PARTICIPATIVO EN TERESINA (PI)

Kellen Carvalho de Sousa Brito¹

Maria Victória Chaves Escórcio Athayde²

Jairo de Carvalho Guimarães³

RESUMO

O Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo de gestão democrática que permite à população influenciar diretamente a alocação de recursos públicos. Este artigo analisa a concentração de projetos na área de Mobilidade Urbana e Urbanizações no Orçamento Participativo (OP) de Teresina-PI, evidenciando a defasagem histórica das políticas públicas de infraestrutura. Com base em dados do OPA 2024-2025, demonstra-se que mais de 60% dos projetos eleitos priorizam pavimentação e calçamento, refletindo não só as insuficiências crônicas no planejamento urbano, como também a priorização por soluções individualistas. A pesquisa utiliza análise documental e estatística descritiva para apresentar os dados do OPA 2024-2025 e correlacionar as demandas com indicadores de urbanização. Conclui-se que a predominância dessa temática sinaliza a incapacidade do poder público em garantir direitos básicos, exigindo reformas estruturais na gestão territorial, bem como uma melhor orientação na distribuição dos recursos do OPA.

¹Doutoranda em Políticas Públicas – Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Ciências Econômicas. Mestre em Ciência Política. Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Endereço: Avenida Ininga, s/n, Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), sala 021, bairro Ininga, Teresina, PI, Brasil. CEP 64049-550 ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3648-3983> E-mail: kellenbrito@ufpi.edu.br

²Graduada em Ciências Sociais. Mestranda no programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFPI). Endereço: Avenida Ininga, s/n, Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), sala 021, bairro Ininga, Teresina, PI, Brasil. CEP 64049-550 ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4102-0938> E-mail: maviescorcio@gmail.com

³Doutor em Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP). Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista de Produtividade CNPq. Endereço: Avenida Ininga, s/n, Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), sala 021, bairro Ininga, Teresina, PI, Brasil. CEP 64049-550 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5901-5026> E-mail: jairoguimaraes@ufpi.edu.br

Palavras-chave: Orçamento participativo, mobilidade urbana, políticas públicas, infraestrutura, Teresina.

ABSTRACT

The Participatory Budget (PB) is a democratic management mechanism that allows the population to directly influence the allocation of public resources. This article analyzes the concentration of projects in the area of Urban Mobility and Urbanization within the Participatory Budget (PB) of Teresina-PI, highlighting the historical gap in public infrastructure policies. Based on data from the 2024-2025 PB, it is demonstrated that over 60% of the elected projects prioritize paving and cobblestoning, reflecting not only chronic insufficiencies in urban planning but also a preference for individualistic solutions. The research utilizes documentary analysis and descriptive statistics to present the 2024-2025 PB data and correlate the demands with urbanization indicators. It is concluded that the predominance of this theme signals the public administration's inability to guarantee basic rights, demanding structural reforms in territorial management, as well as better guidance in the distribution of PB resources.

Keywords: Participatory budgeting, urban mobility, public policies, infrastructure, Teresina.

RESUMEN

Presupuesto Participativo (PP) es un mecanismo de gestión democrática que permite a la población influir directamente en la asignación de recursos públicos. Este artículo analiza la concentración de proyectos en el área de Movilidad Urbana y Urbanizaciones en el Presupuesto Participativo (PP) de Teresina-PI, evidenciando el desfase histórico de las políticas públicas de infraestructura. Con base en datos del PP 2024-2025, se demuestra que más del 60% de los proyectos elegidos priorizan la pavimentación y el adoquinado, reflejando no solo las insuficiencias crónicas en la planificación urbana, sino también la priorización de soluciones individualistas. La investigación utiliza análisis documental y estadística descriptiva para presentar los datos del PP 2024-2025 y correlacionar las demandas con indicadores de urbanización. Se concluye que el predominio de esta temática señala la incapacidad del poder público para garantizar derechos básicos, exigiendo reformas estructurales

en la gestión territorial, así como una mejor orientación en la distribución de los recursos del PP.

Palabras clave: Presupuesto participativo, movilidad urbana, políticas públicas, infraestructura, Teresina.

1 INTRODUÇÃO

O Orçamento Participativo (OP) constitui um mecanismo de gestão democrática que transfere parte do poder decisório sobre os recursos públicos à sociedade, permitindo que a população influencie diretamente a definição de prioridades governamentais. Desde sua consolidação no Brasil nos anos 1990, o OP tem sido reconhecido como uma inovação institucional capaz de ampliar a justiça social e a inclusão política (Souza; Silva, 2017). Entretanto, sua trajetória recente revela tanto avanços quanto limites, uma vez que a institucionalização do processo nem sempre se traduz em critérios de equidade ou em transformações estruturais na gestão urbana.

No Piauí, o Orçamento Participativo Anual (OPA) foi lançado em 2023 como parte da Política Estadual de Participação Social (PEPS), com o objetivo de fortalecer o controle social e estimular a corresponsabilidade entre governo e sociedade civil (Linhares; Brandão; Guimarães, 2025). O programa Orçamento Participativo Anual (OPA) foi instituído pelo Decreto Estadual nº 22.069, de 15 de maio de 2023 e renovado pelo Decreto Estadual nº 22.781, de 23 de fevereiro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 22.781, de 23 de fevereiro de 2025, posteriormente reformulado pelo Decreto Estadual de nº 23643, de 10 de março de 2025.

O OPA prevê a participação direta da população na definição das prioridades do orçamento estadual, por meio de consultas digitais nas zonas urbanas e rurais de municípios como Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri e Floriano. Apesar do avanço institucional representado por esses marcos legais, não há, nos dispositivos normativos, critérios explícitos de equidade na distribuição dos recursos.

O programa apresentou rápida expansão territorial e numérica: desde o primeiro ano de implementação (2023-2024), passou de duas para cinco cidades beneficiadas e, com isso, um aumento de 137% dos projetos apresentados e 35,6% dos recursos aprovados no OPA 2024-2025. Embora sua adoção tenha avançado, a distribuição dos recursos entre propostas das cinco áreas temáticas (Mobilidade Urbana e Urbanizações, Esporte e Lazer, Cultura, Segurança e Justiça, e Produtividade e Agricultura) e entre as zonas da cidade de Teresina continua negligenciada.

Esse cenário levanta questões centrais: como se distribuem os projetos apresentados pelas organizações da sociedade civil no OPA Piauí em Teresina? Quais áreas temáticas concentram mais recursos? A pesquisa parte do pressuposto de que boa parte dos recursos do OPA Piauí se destina à temática Mobilidade Urbana e Urbanizações. Acredita-se que a alta demanda por urbanização no OP é uma consequência da incapacidade do Estado em resolver problemas estruturais, forçando a população a priorizar soluções via orçamento participativo.

A escolha de Teresina, como recorte empírico, justifica-se pela implementação do OPA (Orçamento Participativo Anual) pelo Governo do Estado do Piauí no ano de 2023, que vem ampliando o processo de escuta popular para a alocação de recursos em diferentes regiões da capital, apesar da literatura sobre orçamento participativo indicar seu declínio (Wampler; Goldfrank, 2022). O presente artigo tem como objetivo geral analisar a composição temática e a distribuição dos recursos dos projetos eleitos no OPA Piauí em Teresina, com base nos dados da edição 2024-2025. Especificamente, busca-se: (i) examinar a distribuição temática dos projetos eleitos; (ii) correlacionar a demanda por mobilidade urbana com indicadores infraestruturais; e (iii) discutir as implicações do OPA para o planejamento urbano e para a formulação de políticas públicas mais inclusivas.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter documental e descritivo, centrada na análise dos registros oficiais do Orçamento Participativo Anual (OPA) do Estado do Piauí, referentes aos anos de 2024 e 2025. As fontes utilizadas são secundárias e estão disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria do Planejamento

do Estado do Piauí, o site <https://opa.seplan.pi.gov.br/>. Deste endereço, foram extraídos os decretos governamentais, as áreas e ações, os editais, propostas aprovadas e propostas eleitas que foram utilizadas nesta pesquisa. Por se tratarem de documentos públicos e não sensíveis, não há implicações éticas relacionadas à confidencialidade ou à anonimização das informações.

O corpus documental é composto pelos registros oficiais do OPA 2024-2025 relativos à cidade de Teresina-PI, que incluem os 396 projetos submetidos pelas entidades da sociedade civil da cidade de Teresina-PI e, dentre eles, os 83 projetos selecionados para utilização do Orçamento Participativo oriundo do governo estadual. Esses documentos contêm informações detalhadas sobre cada proposta, como a localização geográfica (zonas Centro-Norte, Leste, Sul, Sudeste e Rural), área temática do OPA ao qual se vincula, o valor solicitado de cada projeto e identificação da entidade proponente.

A análise dos dados foi conduzida em duas frentes complementares. Primeiramente, as propostas do OPA foram categorizadas de acordo com as áreas temáticas definidas no documento Áreas e Ações do OPA. Os dados em planilha disponibilizados pela Secretaria do Planejamento do Piauí não especificam qual a área temática de cada projeto, apenas seu conteúdo. Logo, foi necessário realizar manualmente a identificação de cada proposta usando como base o Manual de Áreas e Ações do OPA. Foram atribuídos números para cada uma das áreas: Área 1, Cultura; Área 2, Esporte e Lazer; Área 3, Mobilidade Urbana e Urbanizações; Área 4, Produtividade e Agricultura; e Área 5, Segurança e Justiça.

As categorias de análise foram estabelecidas com base nas apresentações dos dados do OPA e não houve necessidade de ajuste conforme a condução da pesquisa. As categorias definidas foram: (i) situação da proposta (eleita ou não eleita); (ii) zona da cidade (zonas Centro-Norte, Leste, Sul, Sudeste e Rural); (iii) área temática do projeto no âmbito do OPA (Cultura; Esporte e Lazer; Mobilidade Urbana e Urbanizações; Produtividade e Agricultura; e Segurança e Justiça); e (iv) valor financeiro solicitado. A categorização visa permitir uma análise crítica dos projetos no Orçamento Participativo.

Em segundo lugar, dentro de uma perspectiva quantitativa, utilizou-se a estatística descritiva para sintetizar e apresentar os dados quantitativos referentes ao conjunto de projetos submetidos e aos recursos financeiros envolvidos. Foram apresentados o número de projetos por categoria temática, a distribuição geográfica dos projetos e recursos e os montantes solicitados e aprovados. Esse procedimento possibilitou uma visualização mais clara e objetiva dos dados, facilitando a identificação de padrões e possíveis desigualdades no processo de alocação de recursos públicos via OPA. Dados do Censo (IBGE, 2010; 2022) também foram utilizados para apresentar a situação infraestrutural de Teresina-PI.

Complementarmente à análise empírica, foi realizada uma revisão de literatura do tipo narrativa, voltada a sistematizar o debate acadêmico acerca do Orçamento Participativo (OP) no Brasil. Essa revisão buscou identificar as principais interpretações sobre a origem, expansão, transformações e declínio do OP, destacando suas potencialidades como mecanismo de democracia participativa, bem como suas limitações institucionais e fiscais. Foram utilizados artigos científicos, primordialmente os indexados na base da Scielo, que abordam desde a experiência pioneira de Porto Alegre até adaptações contemporâneas, permitindo compreender tanto a evolução histórica do modelo quanto os desafios enfrentados em sua implementação recente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito e histórico do orçamento participativo (OP) no Brasil

O Orçamento Participativo (OP) no Brasil faz parte dos mecanismos de democracia participativa preconizados pela Constituição Federal de 1988. É um mecanismo de gestão pública que permite à população influenciar diretamente a alocação de recursos municipais, decidindo coletivamente quais obras, serviços ou políticas devem ser priorizados. Baseado nos princípios de democracia participativa, transparência e controle social, o OP busca aproximar o cidadão das decisões

governamentais, garantindo que os investimentos públicos reflitam as reais necessidades da comunidade (Fedozzi; Martins, 2015).

O OP representou uma resposta institucional ao crescente desencanto com os mecanismos tradicionais de democracia representativa, frequentemente percebidos como "incapazes de garantir a realização de um genuíno governo do povo" (Miguel, 2017, p. 92) A experiência do OP foi concebida como uma inovação institucional, visando aprimorar a capacidade de deliberação e decisão cidadã sobre a alocação de recursos públicos, ao mesmo tempo que buscava estabelecer uma ponte de articulação entre as esferas de democracia participativa e representativa (Wampler, 2008).

O Orçamento Participativo é concebido como um mecanismo que busca harmonizar a democracia representativa com a participativa. Em sua concepção ideal, ele se baseia em quatro elementos fundamentais: a delegação de poder decisório às assembleias regionais e temáticas; a reintrodução de elementos de participação direta; a autorregulação do processo, com as regras sendo definidas pelos próprios participantes; e a inversão da lógica decisória, que passa de vertical e centralizada para horizontal e compartilhada (Azevedo et al., 2022).

Desde sua origem em Porto Alegre, em 1989, o OP foi concebido como uma inovação institucional capaz de articular a democracia representativa com a participativa, transferindo parte do poder decisório às assembleias locais e tematizando demandas historicamente marginalizadas. O modelo porto-alegrense, que combinava assembleias regionais, delegados eleitos e negociação direta com o governo, tornou-se referência nacional e internacional (Rodrigues; Gugliano, 2015; Shum, 2024). Inspirou cidades como Belo Horizonte, Recife e São Paulo, ao mesmo tempo em que influenciou políticas nacionais, como o Plano Plurianual (PPA) e o Estatuto da Cidade (Peres, 2020).

Durante os anos 1990 e 2000, o OP se expandiu rapidamente, mas sua efetividade variou de acordo com o contexto político e a capacidade institucional dos governos locais. A literatura aponta que, embora o OP tenha gerado avanços em termos de inclusão e accountability, enfrentou dificuldades de coordenação, baixa

responsividade do poder público e limitações fiscais que restringiam sua capacidade de implementação (Miguel, 2017; Novaes; Santos, 2014; Souza, 2011). Além disso, o papel de algumas organizações da sociedade civil (OSCs) é questionado, pois elas podem, em certos contextos, atuar como inibidoras à participação genuína em vez de serem elementos de engajamento (Azevedo et al., 2022).

Nos últimos anos, a adoção do Orçamento Participativo (OP) no Brasil entrou em declínio. Mudanças institucionais e políticas reduziram o interesse dos governos eleitos em implementar o programa. Em 2016, o PT praticamente abandonou o programa, encerrando um ciclo de 30 anos em que o OP esteve fortemente associado ao partido. Esse processo é descrito como uma “bolha de políticas públicas”: houve grande entusiasmo e rápida expansão do OP nos anos 1990 e início dos 2000, mas a expectativa de transformação radical não se concretizou. O OP trouxe melhorias incrementais e significativas na qualidade de vida, mas não reorganizou profundamente a política local. Por isso, muitos governos e atores sociais migraram para outras iniciativas participativas e projetos de políticas públicas (Wampler; Goldfrank, 2022).

Além dos fatores políticos, as limitações estruturais, especialmente de natureza fiscal, desempenharam um papel fundamental para o declínio do OP. A pouca margem de decisão sobre a alocação de recursos desmotiva a participação cidadã, pois as decisões tomadas no processo muitas vezes podem não ser efetivamente implementadas (Azevedo et al., 2022). Ainda assim, o OP permanece como uma referência importante de inovação democrática e vem sendo adaptado a novos formatos, sobretudo com a incorporação de tecnologias digitais que buscam ampliar o alcance e a transparência, bem como com propostas de programas educativos voltados ao fortalecimento da cidadania ativa (Carmo; Rezende; Maciel, 2025).

No Piauí, o modelo foi retomado a partir de 2023 em uma versão reconfigurada pelo governo estadual. Diferentemente do formato tradicional baseado em assembleias presenciais, o Orçamento Participativo Anual (OPA) incorporou plataformas digitais de votação e metodologias que centralizam nas organizações da

sociedade civil (OSCs) a proposição de projetos. Ao mesmo tempo, delimitou previamente as áreas temáticas e os tipos de intervenção elegíveis, o que amplia o alcance participativo, mas também introduz novos condicionantes institucionais (Piauí, 2024). Essa experiência, ao tensionar inovação e limitação, insere-se no debate mais amplo sobre os caminhos e os dilemas da democracia participativa no Brasil contemporâneo, uma experiência que merece ser analisada.

2.2 O Orçamento Participativo no Piauí e em Teresina: OPA

A experiência do Orçamento Participativo do Estado do Piauí (OPA 2024-2025) apresenta particularidades em sua condução que contrastam com o apresentado pela literatura. Diferente do modelo tradicional de assembleias presenciais e deliberação por delegados, como no caso pioneiro de Porto Alegre, o OPA no Piauí adota um formato híbrido, com ênfase em plataformas digitais, o que pode ampliar o alcance e a acessibilidade do processo (Piauí, 2024). Conforme o manual técnico do programa, que é coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), a condução do OPA 2024-2025 é totalmente on-line.

Ao centralizar a proposição de demandas nas entidades de bairro e associações comunitárias, em vez de assembleias abertas à população, o OPA introduz uma mediação institucional que, de um lado, pode fortalecer organizações locais já estruturadas, mas, de outro, limita a entrada de cidadãos não vinculados a esses coletivos. Essa particularidade acaba por direcionar o processo a grupos organizados, que podem submeter até três propostas em áreas temáticas específicas, como Cultura, Esporte e Lazer, Mobilidade Urbana, Produtividade e Agricultura, e Segurança e Justiça.

O processo se desdobra nas seguintes etapas: inicia com o cadastramento e lançamento de propostas pelas entidades de bairro e associações comunitárias por meio de um portal on-line; em um segundo momento, as propostas passam por uma análise de viabilidade técnica; e, por fim, a votação popular ocorre de forma mista, com opções de voto pelo portal do OPA, aplicativo Colab, WhatsApp, e também em pontos físicos de atendimento (Piauí, 2024). A abertura da votação a toda a

população com mais de 16 anos, ainda que realizada por meios digitais e pontos presenciais, ocorre a partir de uma agenda já pré-selecionada, o que reduz o espaço de deliberação pública e aproxima o modelo de uma consulta direcionada.

Outro elemento a destacar é a forma de distribuição dos recursos. Em Teresina, o orçamento foi segmentado por zonas, enquanto nos demais municípios participantes (Parnaíba, Picos, Piripiri e Floriano) o valor destinado foi único e igualitário (Piauí, 2024). Essa escolha reflete uma adaptação às escalas regional e estadual, mas também evidencia os limites de transposição do modelo municipal de OP para um programa coordenado pelo governo estadual.

Apesar dos avanços em termos de tecnologia e abrangência, permanece o desafio, já apontado pela literatura (Miguel, 2017; Novaes; Santos, 2014; Souza, 2011), de garantir a continuidade institucional e a efetiva implementação das propostas eleitas. O manual do OPA explicita que as propostas aprovadas serão incorporadas aos instrumentos orçamentários estaduais para execução no exercício de 2025 (Piauí, 2024), o que sugere um compromisso formal com a vinculação entre participação e planejamento público. Contudo, o OPA Piauí é garantido apenas por decretos, o que reforça a ideia de dependência de ciclos políticos, o que somado à complexidade do orçamento estadual, podem impor limites à tradução das demandas populares em políticas concretas.

2.3 Áreas Temáticas e Ações do OPA no Piauí (2024-2025)

O Plano OPA (2024-2025) organiza-se em cinco eixos temáticos que estruturam as possibilidades de proposição e votação de projetos: Cultura, Esporte e Lazer, Mobilidade Urbana, Produtividade e Agricultura, e Segurança e Justiça. Essa delimitação prévia de áreas e tipos de ação reflete uma tentativa de orientar o processo participativo para demandas de caráter comunitário e de fácil execução, mas também restringe o escopo deliberativo, reduzindo a abertura para iniciativas inovadoras ou fora da agenda governamental (Piauí, 2024).

No campo da Cultura, o plano prioriza o acesso à informação e a valorização das expressões artísticas locais. Para isso, prevê a construção e a reforma de

bibliotecas públicas, espaços fundamentais para a democratização do conhecimento, equipados com livros, computadores e materiais multimídia. Outra iniciativa importante é a criação de polos de artesanato, que servem como centros de produção e comercialização de peças artesanais, fortalecendo a economia criativa. Além disso, a implantação de videotecas com pequenos auditórios e salas de informática busca fomentar a produção audiovisual e oferecer cursos de edição, ampliando as oportunidades de capacitação na área (Piauí, 2024).

A área de Esporte e Lazer tem como objetivo principal promover a saúde e o bem-estar da população por meio de atividades físicas e recreativas. Entre as ações planejadas estão a reforma de centros esportivos e de quadras poliesportivas, que permitem a prática de modalidades como basquete, vôlei e futsal. A recuperação de campos de futebol, incluindo a melhoria do gramado, vestiários e arquibancadas, também é uma prioridade. Para incentivar a atividade física em todas as idades, o plano inclui a implantação de academias ao ar livre e brinquedos, praças, espaços lúdicos instalados em áreas públicas que contribuem para a socialização e o desenvolvimento infantil (Piauí, 2024).

No eixo de Mobilidade Urbana e Urbanizações, o foco está em melhorar a infraestrutura das cidades e garantir acessibilidade para todos. Isso inclui a construção e revitalização de praças e parques, com a implantação de áreas verdes, bancos e iluminação adequada. A pavimentação de vias e a recuperação de calçadas são ações essenciais para a segurança e fluidez do tráfego. O plano também destaca a importância da inclusão, com a construção de rampas, pisos táteis e banheiros adaptados. Além disso, projetos como ciclovias e bicicletários incentivam meios de transporte sustentáveis, enquanto a urbanização de rotatórias e áreas verdes contribui para a organização do espaço urbano e a preservação ambiental (Piauí, 2024).

A área de Produtividade e Agricultura busca fortalecer a agricultura familiar e a sustentabilidade no campo. Entre as iniciativas estão a distribuição de kits de energia solar, que permitem o uso de fontes renováveis para a produção agrícola, e a entrega de equipamentos básicos para o beneficiamento de produtos como frutas,

grãos e farinhas. A construção de passagens molhadas em áreas rurais facilita o escoamento da produção e melhora a circulação em regiões com cursos d'água, garantindo maior segurança e eficiência no transporte (Piauí, 2024).

Por fim, o eixo de Segurança e Justiça trabalha com ações preventivas e educativas para reduzir a violência e o uso de drogas. A Patrulha Cidadã, por exemplo, fortalece o policiamento comunitário, aproximando os agentes de segurança da população. Projetos sociais como o Guardiã Ambiental, a Banda Mirim e o Bombeiro Mirim oferecem atividades semanais para crianças e adolescentes, incluindo palestras, oficinas e práticas esportivas. Essas iniciativas não apenas ocupam o tempo livre dos jovens, mas também promovem valores como cidadania e responsabilidade social (Piauí, 2024).

Em síntese, o Plano OPA (2024-2025) representa um esforço multissetorial para enfrentar desafios urbanos e sociais de forma integrada. Suas ações, que vão desde a construção de infraestruturas básicas até programas educativos, refletem um compromisso com o desenvolvimento comunitário e a qualidade de vida. Ao investir em cultura, esporte, mobilidade, agricultura e segurança, o plano busca criar um ambiente mais inclusivo, sustentável e equitativo para todos os cidadãos (Piauí, 2024). Mas revela também limites claros: a agenda é pré-definida, focada em ações setoriais e de escala reduzida, o que restringe a autonomia deliberativa e mantém a população em um papel mais consultivo do que propriamente decisório.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O OPA 2023-2024 no Piauí contou com a participação apenas das cidades de Teresina e Parnaíba, que apresentaram 354 projetos no total e 84 destes foram classificados. A distribuição ocorreu da seguinte forma: Teresina teve 293 projetos apresentados e 63 classificados; e Parnaíba contou com 61 propostas, sendo 21 delas classificadas. O volume de recursos aprovado para a cidade de Teresina foi de R\$ 39.772.347,25 e para a cidade de Parnaíba o montante foi de R\$ 11.691.060,69, portanto, mais de 50 milhões de reais no seu primeiro ano de implantação.



Já o OPA 2024-2025 ampliou sua abrangência para as cidades de Picos, Piripiri e Floriano, além das cidades já atendidas: Teresina e Parnaíba. Em 2025, a nomenclatura das propostas mudou de classificadas ou desclassificadas para eleitas ou não eleitas. Foram apresentados 838 projetos para todas as cidades: 396 em Teresina, 180 em Piripiri, 107 em Picos, 85 em Parnaíba, e 73 em Floriano. Contudo, apenas 148 foram eleitos: 83 em Teresina (total de R\$ 44.117.158,90); 21 em Parnaíba (total de R\$ 10.034.493,80); 17 em Floriano (total de R\$ 5.044.947,37); 15 em Picos (total de R\$ 5.098.597,90); e 12 em Piripiri (total de R\$ 5.473.303,55).

O Orçamento Participativo para a cidade de Teresina alocado no Orçamento anual do Estado do Piauí se organiza e divide sua atuação nas seguintes zonas: Sul, Sudeste, Centro-Norte, Leste e Rural. Para os anos de 2024-2025, foram apresentadas e aprovadas 396 propostas para utilização de recursos do Orçamento Participativo. Essas propostas foram postas em votação e apenas 83 foram eleitas para recebimento dos recursos requeridos.

Os 396 projetos propostos encaminhados para votação na cidade de Teresina foram assim distribuídos: 78 na região Centro-Norte; 74 na região Sul; 73 na região Leste; 45 na região Sudeste; e 126 na zona Rural. As áreas temáticas das propostas apresentadas e enviadas para votação podem ser observadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Projetos propostos e eleitos por área temática em cada zona de Teresina

		CENTRO-NORTE	SUL	LESTE	SUDESTE	RURAL	TOTAL
ÁREA 1	PROPOSTAS	12	6	7	6	5	36
	ELEITAS	5	2	3	1	0	11
ÁREA 2	PROPOSTAS	19	13	18	10	23	83
	ELEITAS	5	4	3	0	2	14
ÁREA 3	PROPOSTAS	36	50	45	23	87	241
	ELEITAS	10	19	10	9	6	54
ÁREA 4	PROPOSTAS	1	0	1	2	11	15
	ELEITAS	0	0	0	0	0	0
ÁREA 5	PROPOSTAS	10	5	2	4	0	21
	ELEITAS	2	0	1	1	0	4
TOTAL POR ZONA	PROPOSTAS	78	74	73	45	126	396
	ELEITAS	22	25	17	11	8	83

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da OPA 2024-2025.

Analisando a Tabela 1, podemos verificar a distribuição percentual de todos os projetos propostos, por área temática: a Área 1 – Cultura foi responsável por 9% das propostas e 13,2% das eleitas; a Área 2 – Esporte e Lazer, teve 20,95% das propostas e 16,87% das eleitas; a Área 3 – Mobilidade Urbana e Urbanizações, 60,85% das propostas e 65% das eleitas; a Área 4 – Produtividade e Agricultura, 3,79% e nenhuma eleita; e a Área 5 – Segurança e Justiça, 5,3% das propostas e 4,8% das eleitas.

Apesar da maioria das áreas atendidas pelo OPA 2024-2025 possuir equivalência relativa entre percentual proposto e percentual eleito, destaca-se a discrepância entre as áreas dos projetos eleitos e propostos: enquanto a Área 3 concentrou mais de 60% dos projetos propostos e eleitos, a Área 4 teve menos de 4% dos projetos apresentados e não elegeu nenhuma proposta.

Quanto aos temas eleitos, a distribuição se efetivou da seguinte forma: 54 projetos na área temática de Mobilidade Urbana e Urbanizações; 14 na área de Esporte e Lazer; 11 projetos na temática da Cultura; 4 projetos na área de Segurança e Justiça; e nenhum projeto na temática Produtividade e Agricultura. A quantidade e a distribuição percentual dos projetos e recursos eleitos para execução do Orçamento Participativo da cidade de Teresina para o período de 2024-2025 pelo Governo do Estado do Piauí serão apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição percentual das propostas eleitas por área temática em cada zona de Teresina

ÁREA	ÁREA 1		ÁREA 2		ÁREA 3		ÁREA 4		ÁREA 5	
ZONA	T.E.	%	T.E.	%	T.E.	%	T.E.	%	T.E.	%
CENTRO-NORTE	5	22,7	5	22,7	10	45,5	0	0,0	2	9,0
SUL	2	8,0	4	16,0	19	76,0	0	0,0	0	0,0
LESTE	3	17,6	3	17,6	10	58,8	0	0,0	1	5,9
SUDESTE	1	9,1	0	0,0	9	81,8	0	0,0	1	9,1
RURAL	0	0,0	2	25,0	6	75,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	11	13,2	14	16,9	54	65,1	0	0,0	4	4,8



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da OPA 2024-2025.
Legenda: T.E. = Total de Eleitas.

A partir da Tabela 2, é possível visualizar a particular situação da demanda pela Área 3 - Mobilidade Urbana e Urbanizações em cada uma das zonas de Teresina. Na região Centro-Norte, 45,5% dos projetos eleitos foram na temática da mobilidade urbana e urbanizações; na região Sul, 76%; na Leste, 58,8% dos projetos eleitos; na zona Sudeste foram 81,8%; e na zona Rural, 75% dos projetos eleitos.

Percebemos que a atenção dada pelos eleitores teresinenses do OPA à questão do asfaltamento e calçamento de ruas não é exclusiva de nenhuma das zonas atendidas pelo OPA 2024-2025. Pelos dados apresentados na Tabela 2, verificamos que, na votação, os projetos dessa temática foram priorizados na maioria das zonas. Na Tabela 3, podemos verificar que as zonas Centro-Norte, Sudeste, Leste, Sul e Rural apresentaram respectivamente 46,2%, 51,1%, 61,6%, 67,6% e 69,0% de seus projetos voltados para a Área 3; entretanto, a eleição dessa temática não manteve a mesma distribuição percentual.

Tabela 3 – Diferença entre projetos propostos e projetos eleitos na Área 3, por zona, em pontos percentuais

	Projetos propostos na Área 3	Projetos eleitos na Área 3	Eleitos – Propostos =
CENTRO-NORTE	46,2%	45,5%	-0,7 p.p.
SUL	67,6%	76,0%	8,4 p.p.
LESTE	61,6%	58,8%	-2,8 p.p.
SUDESTE	51,1%	81,8%	30,7 p.p.
RURAL	69,0%	75,0%	7,0 p.p.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da OPA 2024-2025.

Observamos na Tabela 3 que, enquanto as zonas Centro-Norte e Leste propuseram pouco mais projetos do que elegeram, a zona Sudeste apresentou um desequilíbrio mais acentuado, chegando a mais de 30 pontos percentuais entre eleitos e propostos. A quantidade de projetos apresentados e eleitos nessa temática

poderia sinalizar a reduzida capacidade das políticas de urbanização em atender as demandas da população nessa área. No caso da Zona Sudeste, outra possível causa pode ser elencada: essa região poderia concentrar áreas em expansão populacional, exigindo novos projetos de infraestrutura. Da mesma forma, em sentido oposto, a reduzida participação da Área 3 nos projetos das zonas Centro-Norte e Leste poderia indicar que essas regiões já foram atendidas anteriormente e/ou possuem menor expansão populacional.

Contudo, ao analisar os dados dos Censos 2010 e 2022⁴, verificou-se que as Zonas Leste e Centro-Norte concentraram as maiores expansões populacionais do período, crescendo 17,77% e 14,72%, respectivamente. As Zonas Sul e Rural enfrentaram redução populacional da ordem de 2,46% e 3,95%; e a Zona Sudeste teve ampliação de apenas 3,81%. Logo, o padrão da demanda e a discrepância entre os projetos da Área 3 não podem ser explicados por essa hipótese uma vez que as áreas de maior crescimento foram justamente aquelas que relativamente menos apresentaram projetos na Área 3.

Dados do Censo de 2010 (IBGE, 2012) mostram que 86,6% dos domicílios de Teresina possuíam vias pavimentadas e apenas 72,02% dos domicílios urbanos em vias públicas possuíam calçada. No Censo de 2022 (IBGE, 2025) esses números sofreram grande avanço, com 95,48% das vias pavimentadas e 93,28% dos domicílios com calçada. Para o IBGE “É considerada a ocorrência de pavimentação na via quando, na pista de rolamento, houver [...] cobertura de via como asfalto, cimento, paralelepípedos, calçamento poliédrico etc.” (IBGE, 2025, p. 22). Portanto, verifica-se que a área urbana de Teresina não possui baixa cobertura de pavimentação, seja ela calçamento ou asfalto, que justifique a alta demanda por esse serviço.

Logo, se a demanda reprimida por pavimentação não é a causa da elevada demanda, poder-se-ia argumentar que o orçamento participativo está sendo usado para reduzir assimetrias, direcionando recursos para zonas com menor cobertura de

⁴ Elaboração própria através dos dados da Tabela 9922 do Censo 2022 e Tabela 3451 do Censo 2010, disponíveis em <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9922> e <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3451>.

serviços urbanos. Essa argumentação pode encontrar fundamentos na Zona Rural, que teve seis dos oito projetos eleitos da temática de Mobilidade Urbana e Urbanizações com foco em calçamento e pavimentação asfáltica de ruas.

Tabela 4 - Quantidade e distribuição percentual dos projetos de Orçamento Participativo eleitos em Teresina para o período 2024-2025 - Governo do Estado do Piauí

Categoria	Quantidade	Distribuição Percentual	Valor por tema	Distribuição Percentual
Cultura	11	13,25%	R\$ 6.131.140,00	13,90%
Esporte e Lazer	14	16,87%	R\$ 5.519.200,00	12,51%
Mobilidade Urbana e Urbanizações	54	65,06%	R\$ 31.866.818,90	72,23%
Produtividade e Agricultura	0	0%	R\$ 0,00	0%
Segurança e Justiça	4	4,82%	R\$ 600.000,00	1,36%
TOTAL	83	100%	R\$ 44.117.158,90	100%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do OPA 2024-2025.

A partir da Tabela 4, é possível visualizar o montante envolvido nas propostas eleitas, que chegou ao total de R\$ 44.117.158,90 (quarenta e quatro milhões, cento e dezessete mil, cento e cinquenta e oito reais e noventa centavos), assim distribuídos: R\$ 6.131.140,00 para Cultura; R\$ 5.519.200,00 para Esporte e Lazer; R\$ 31.866.818,90 para Mobilidade Urbana e Urbanizações; R\$ 0,00 para Produtividade e Agricultura; e R\$ 600.000,00 para Segurança e Justiça. Logo, a Área 3 — Mobilidade Urbana e Urbanizações — abarca cinco vezes mais recursos que a segunda área com mais recursos, Cultura; e 50 vezes mais recursos do que a área de Segurança e Justiça.

Verifica-se, pela Tabela 4, que há algumas disparidades no que se refere à distribuição — pouco equitativa — entre as áreas temáticas atendidas pelo OPA de Teresina. Na temática Esporte e Lazer, responsável por mais de 16% dos projetos eleitos, recebeu pouco mais de 12% dos recursos; na área Segurança e Justiça, com quase 5% dos projetos eleitos, captou pouco mais de 1% dos valores totais do OP;

enquanto isso, a área temática Mobilidade Urbana e Urbanizações, que conta com pouco mais de 65% dos projetos, abarcou mais de 72% dos recursos.

Poder-se-ia argumentar sobre o conteúdo dos projetos na área de mobilidade urbana do OPA 2024-2025, dado que engloba não apenas pavimentação, asfáltica ou calçamento, como também: construção ou reforma de praça, construção de acessibilidade, construção de bueiro, implantação de bicicletário, construção ou recuperação de ciclovia, canteiro central, escadaria, muro de contenção e calçadão, urbanização de área verde (parques e hortas) e de rotatória, além de implantação de sistema de abastecimento de água. Contudo, dos 241 projetos apresentados para a Área 3 — Mobilidade Urbana e Urbanizações — apenas 17 eram voltados para abastecimento de água, nenhum eleito; outros 30 eram destinados à construção ou à reforma de praças e calçadões, dos quais apenas 3 foram eleitos; e somente dois projetos sobre urbanização, ambos não eleitos. Os demais 192 projetos apresentados na Área 3 versavam sobre pavimentação, sendo 118 em asfalto (61,5%) e 74 em calçamento (38,5%).

Portanto, observa-se a priorização de temáticas de mobilidade urbana de caráter individual, dado que o asfaltamento de ruas beneficia mais os usuários de carros e de motos. As ações elencadas na temática de Mobilidade Urbana e Urbanizações do OPA 2024-2025 pouco englobam ações de mobilidade urbana relativa ao transporte coletivo; assim, mesmo que exista demanda por parte da população, elas não poderiam ser transformadas em projeto a ser submetido.

O caso de Teresina não foge à realidade geral brasileira, qual seja, de crescimento urbano em curto período de tempo, que acabou por provocar um ambiente desordenado, já que a infraestrutura de transporte não crescia com a mesma velocidade. A trajetória urbana de Teresina revela um descompasso entre o planejamento formal e a efetivação de uma infraestrutura adequada às necessidades da população. Apesar de sucessivos planos diretores e estratégias de desenvolvimento, o crescimento desordenado, associado à expansão de conjuntos habitacionais em áreas periféricas, gerou déficits significativos em pavimentação e mobilidade urbana (Silva; Santos, 2021). Historicamente, o transporte urbano se

consolidou em sistemas rodoviários privados, em detrimento de modais coletivos e sustentáveis, privilegiando deslocamentos individuais e carbonizados (Lima Neto; Carvalho; Balbim, 2015).

Esse cenário ajuda a explicar por que, no âmbito do Orçamento Participativo, as demandas da população se concentram em obras de pavimentação: trata-se de uma resposta direta às carências cotidianas deixadas pela insuficiência histórica dos planos urbanos em garantir infraestrutura básica. A alta demanda por pavimentação no âmbito do Orçamento Participativo, portanto, não é uma escolha isolada, mas uma solução viável e imediata para os cidadãos em um sistema que negligenciou o planejamento de outros modais, como transporte público de qualidade, ciclovias e calçadas adequadas para pedestres (Chaves; Santos, 2023).

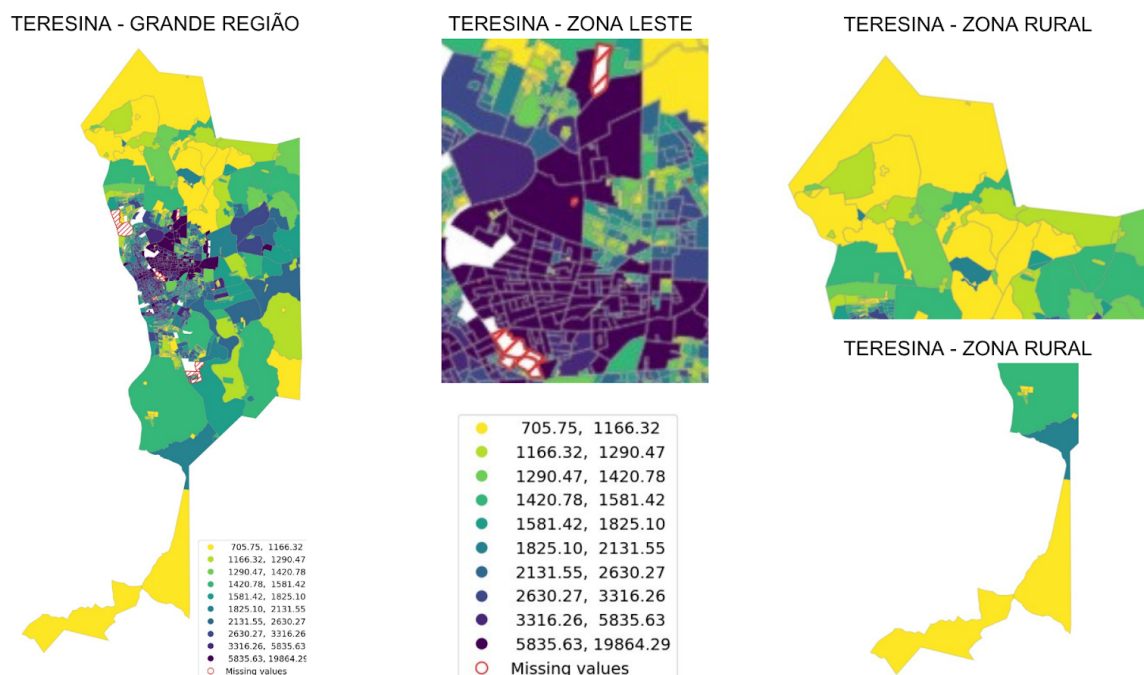
A escolha de projetos que privilegiam a pavimentação em detrimento de praças, bibliotecas e áreas de lazer vai de encontro a um conceito chamado de cidades cuidadoras (Oliveira, 2021). O urbanismo androcêntrico, que historicamente moldou as cidades, priorizou o deslocamento rápido para o trabalho e o consumo, beneficiando principalmente homens e negligenciando as necessidades de cuidado e segurança de grupos como mulheres, crianças e idosos. O conceito de “cidades cuidadoras” propõe justamente a inversão desse paradigma, priorizando segurança, acessibilidade e condições para que os cidadãos cuidem de si e dos outros, por meio de praças, parques, bibliotecas, quadras esportivas e academias populares. “Uma cidade que proporciona que as pessoas se cuidem conta com espaços públicos equipados para o lazer e a diversidade de práticas esportivas, favorecendo a melhora da saúde física e as relações interpessoais” (Oliveira, 2021, p. 9). A concentração de recursos do OPA em pavimentação, em detrimento dessas iniciativas, reforça o padrão de cidades androcêntricas e pouco voltadas para o cuidado.

Uma distribuição justa e isonômica do orçamento deveria atuar tanto entre as zonas da cidade, como também entre as áreas atendidas. O Estatuto das Cidades informa no seu Art. 2º, inciso IV: “planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do

crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente” (Brasil, 2001, [s.p.]). Para um crescimento ordenado, justo e sustentável, faz-se necessária a intervenção estatal, especialmente na distribuição orçamentária isonômica, inclusive no OP.

Uma das distorções mais visíveis oriundas do crescimento urbano é a da renda: certos bairros e regiões de uma cidade têm menor necessidade de serviços públicos e intervenções estatais do que outros. No caso de Teresina, historicamente, a Zona Leste concentra a maior parte das pessoas de alta renda e os domicílios possuem toda a infraestrutura de calçadas, arborização, abastecimento de água, esgotamento sanitário e pavimentação de vias públicas. Exceto por alguns bairros que concentram bolsões de pobreza, a Zona Leste possui a maior renda per capita, enquanto as Zonas Norte e Rural possuem a menor renda per capita, como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 - Renda *per capita* dos donos dos domicílios em Teresina (2022)



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Censo 2022 (IBGE).

Pode-se observar, pela Figura 1, que a Zona Rural de Teresina tem rendimento *per capita* variando entre as duas faixas mais baixas de R\$ 705,75 a R\$ 1.166,32 e R\$ 1.166,32 a R\$ 1.290,47. Enquanto isso, a Zona Leste apresenta as três faixas mais elevadas que vão de R\$ 2.630,27 a R\$ 19.864,29 *per capita*. Esses números são corroborados por dados de IDHM⁵ fornecidos pelo IPEA, com base no Censo 2010: as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) de Teresina que apresentaram maior IDHM Renda estavam na Zona Leste, enquanto as UDHs de menor IDHM Renda se encontravam na Zona Rural (IPEA, 2017).

Contudo, o OPA para Teresina nos anos 2024-2025 destinou R\$ 12.252.080,40 para 25 projetos da Zona Sul; R\$ 11.387.910,60 para 22 projetos da Zona Centro-Norte; R\$ 8.392.026,10 para 17 projetos da Zona Leste; R\$ 7.094.830,80 para 11 projetos da Zona Sudeste; e R\$ 4.990.311,00 para 8 projetos da Zona Rural de Teresina. Portanto, a zona da cidade de maior concentração de renda recebeu o dobro de recursos da zona com menor renda *per capita*. Esse fato aponta que a justiça socioespacial na distribuição dos recursos do OPA não está sendo priorizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou o Orçamento Participativo (OP) promovido pelo governo do Estado do Piauí na cidade de Teresina para os anos 2024-2025 e revelou um panorama no qual a promessa democrática da participação cidadã na alocação de recursos públicos se depara com a realidade de burocracia institucional, limitação temática dos projetos e busca por correções de deficiências estruturais. Embora o OP seja um mecanismo vital para o exercício da democracia participativa, sua aplicação em Teresina tem sido predominantemente direcionada para o atendimento de demandas corretivas em mobilidade urbana e urbanização, especialmente pavimentação de vias. Essa concentração de projetos e recursos (65,06% dos projetos e 72,23% dos fundos) sugere que o OP está funcionando, em grande

⁵ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é um indicador que mede o desenvolvimento humano em nível municipal, considerando três dimensões: longevidade, educação e renda.

medida, como um instrumento compensatório para suprir lacunas históricas deixadas pela incapacidade do poder público em garantir o desenvolvimento urbano ordenado e a infraestrutura básica de forma contínua.

A predominância de projetos de pavimentação no OPA reforça um modelo de urbanismo androcêntrico, que prioriza o transporte individual em detrimento de infraestruturas coletivas (Oliveira, 2021). Essa tendência é agravada pela ausência, no edital, de diretrizes que incentivem propostas de mobilidade ativa ou transporte público, limitando a capacidade do OP em promover cidades mais inclusivas. As intervenções, embora possam trazer benefícios localizados e imediatos, não conseguem endereçar as causas profundas dos problemas urbanos, como a expansão desordenada, a carência de transporte público eficiente e as desigualdades socioespaciais. Ao priorizar soluções que privilegiam o transporte individual em detrimento de alternativas coletivas e sustentáveis, falta preocupação com a igualdade de acesso e a segurança nos deslocamentos.

Além disso, investimentos em áreas como agricultura, especialmente na Zona Rural, cultura e espaços de convivência permanecem secundarizados, o que reforça um modelo de desenvolvimento urbano desalinhado com perspectivas contemporâneas de planejamento, como a das cidades cuidadoras (Oliveira, 2021). O Orçamento Participativo, que idealmente funcionaria como instrumento de planejamento estratégico e inovador, acaba sendo empregado como ferramenta corretiva para suprir lacunas de infraestrutura deixadas pelo poder público. A dinâmica observada em Teresina, na qual a demanda popular se concentra na correção de problemas de infraestrutura, ilustra como a participação cidadã, embora fundamental, pode ter seu impacto limitado.

Para que o Orçamento Participativo em Teresina atue de forma eficaz, é necessário que suas ações sejam estrategicamente alinhadas a uma visão de futuro, e isto implica vincular as decisões do OPA a um plano diretor de longo prazo e às diretrizes da política de desenvolvimento urbano do município, de modo que assim se reduza a fragmentação dos investimentos e assegure que as intervenções contribuam para um desenvolvimento urbano coeso e sustentável.

Em paralelo, é fundamental que o poder público, em parceria com a sociedade civil, reoriente as prioridades do OP, fomentando projetos que fortaleçam a mobilidade ativa, o transporte público, a justiça socioespacial e a criação de uma infraestrutura social e de cuidado que beneficie a coletividade de forma ampla e equitativa. Isso pode exigir ajustes nos mecanismos de funcionamento do OP, incluindo a reformulação de manuais e editais, garantindo que vozes e necessidades diversas sejam efetivamente contempladas.

Pesquisas futuras podem traçar o perfil de projetos apresentados pelas entidades participantes do OP e investigar possíveis diferenças entre gestores e gestoras. Contudo, o gênero da presidência das entidades ainda não é coletado pela secretaria responsável pelo OPA, configurando uma limitação desta pesquisa. Outra limitação refere-se à escassez de dados confiáveis sobre a infraestrutura dos bairros de forma detalhada, sendo que os números encontrados provinham de notícias sem referência clara. O acesso a essas informações poderia ampliar significativamente o conhecimento sobre o OP em Teresina e orientar medidas mais efetivas para seu aprimoramento.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ricardo Rocha de; CARDOSO, Ricardo Lopes; CUNHA, Armando Santos Moreira da; WAMPLER, Brian. Political effects on the discontinuation of participatory budgeting in municipalities. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 349-372, maio/jun. 2022. DOI:

<https://doi.org/10.1590/0034-761220210368x>. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 04 jun. 2025.

CARMO, Gisleine do; REZENDE, Vânia Aparecida; MACIEL, Fernanda Nunes. DO ENGAJAMENTO À CIDADANIA ATIVA: o papel da participação social no Brasil após a constituição de 1988. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 18, n. 35, p. 273-294, jan./jun., 2025. DOI: <https://doi.org/10.36704/ppp.v18i35.9146>. Acesso em: 20 maio 2025.



CHAVES, Cândida Maria Barbosa Feitosa Silva; SANTOS, Laudenides Pontes dos. Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável em Teresina, Piauí. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, [S. l.], v. 19, n. 6, 2023. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/pt_BR/article/view/4747/4640. Acesso em: 24 set. 2025.

FEDOZZI, Luciano Joel.; MARTINS, André Luis Borges. Trajetória do orçamento participativo de Porto Alegre: representação e elitização política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 95, p. 181–224, maio 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-6445181-223/95>. Acesso em: 20 maio 2025.

IBGE 2010. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Resultados gerais da amostra**. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE 2025. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: Características urbanísticas do entorno dos domicílios. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102168.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2025.

IPEA, 2017. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) da Grande Teresina**. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/171208_atlas_idhm_desenvolvimento_humano_rm_teresina.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

LIMA NETO, Vicente Correia; CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro; BALBIM, Renato Nunes. Mobilidade urbana: Brasil em transformação. O papel do IPEA na construção do Pacto da Mobilidade. **Texto para discussão 2148**. IPEA, Rio de Janeiro, novembro de 2015. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2148.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

LINHARES, Janaína Maria da Silva; BRANDÃO, Alexon Fernandes Alves; GUIMARÃES, Jairo de Carvalho. OPA Piauí: participação e controle social a partir de uma análise comparativa no município de Teresina nos anos de 2023 e 2024. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, ano VII, v. 21, n. 61, p. 424–446, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14994422>. Acesso em: 20 maio 2025.

MIGUEL, Luis Felipe. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 100, p. 83-118, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-083118/100>. Acesso em: 24 set. 2025.

NOVAES, Flávio Santos; SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos. O Orçamento Participativo e a democratização da gestão pública municipal - a experiência de



Vitória da Conquista (BA). **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 4, p. 797–820, jul. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-76121668>. Acesso em: 24 set. 2025.

OLIVEIRA, Katia de. Cidades Cuidadoras.: A participação das mulheres na construção de um urbanismo contra hegemônico. **Vivienda y Ciudad**, n. 8, p. 4–19, 2021. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/ReViyCi/article/view/34433>. Acesso em: 21 maio 2025.

PERES, Ursula Dias. Dificuldades institucionais e econômicas para o orçamento participativo em municípios brasileiros. **Caderno CRH**, v. 33, p. e020007, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.33972>. Acesso em: 20 maio 2025.

PIAUÍ (Estado). **Decreto nº 22.069, de 15 de maio de 2023**. Dispõe sobre a criação do Programa de Orçamento Participativo do Estado do Piauí – OPA. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, 16 maio 2023.

PIAUÍ (Estado). **Manual Técnico OPA 2024-2025**. 2024. Disponível em: <https://opa.seplan.pi.gov.br/editais/24-25/manual-tecnico-2024-2025.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

PIAUÍ (Estado). **Decreto nº 23.643, de 10 de março de 2025**. Regulamenta o Programa de Orçamento Participativo Digital do Estado do Piauí – OPA no exercício 2025/2026. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, 11 mar. 2025.

RODRIGUES, Priscila Alves; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Entre a participação e a representação: diferenças e semelhanças entre os orçamentos participativos na região metropolitana de Porto Alegre (RMPA). **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 41-62, jan/jun 2015.

SHUM, Maggie. PB adoption across ideological divides: Lessons from Brazil. **Local Development & Society**, v. 5, n. 3, p. 610–638. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/26883597.2024.2313762>. Acesso em: 20 maio 2025.

SILVA, Cândida Maria Barbosa Feitosa; SANTOS, Laudénides Pontes dos. Cidade compacta, coordenada e conectada: uma análise da política urbana de Teresina (PI) sob a ótica dos princípios DOTS. **Revista da Academia de Ciências do Piauí**, Teresina, v. 2, n. 2, p. 19-35, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/acipi/article/view/903/812>. Acesso em: 24 set. 2025.

SOUZA, Fábio Jacinto Barreto de.; SILVA, Suylan Almeida Midlej e. Orçamento Participativo: mais qualidade da democracia? **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 81, p. 195–215, abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9230811>. Acesso em: 20 maio 2025.



SOUZA, Luciana Andressa Martins de. Orçamento Participativo e as novas dinâmicas políticas locais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 84, p. 245–285, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452011000300009>. Acesso em: 24 set. 2025.

WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas?. **Revista Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 65–95, jun. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000100003>. Acesso em: 24 set. 2025.

WAMPLER, Brian; GOLDFRANK, Benjamin. **The rise, spread, and decline of Brazil's participatory budgeting**: the arc of a democratic innovation. Switzerland: Springer International Publishing, Palgrave Macmillan, 2022.

DATA DE SUBMISSÃO: julho de 2025

DATA DE ACEITE: junho de 2026